



UnB

Faculdade de Comunicação

Departamento de Jornalismo

HÁ VIDA ONDE ACAMPO

Laura de Falco Tizzo

11/0033931

Orientador: Fernando Oliveira Paulino

Brasília, junho de 2015

HÁ VIDA ONDE ACAMPO

Memória do projeto experimental apresentado ao curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como componente parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.
Orientador: Fernando Oliveira Paulino

Laura de Falco Tizzo

Brasília, junho de 2015

Laura de Falco Tizzo

HÁ VIDA ONDE ACAMPO

Monografia apresentada à Universidade de Brasília como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo

Banca Examinadora

Professor-orientador: Fernando Oliveira Paulino

Professor David Renault da Silva

Professora Juliana Soares Mendes

Brasília, 12 de junho

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Arlete de Falco, minha grande inspiração para tudo que faço. Se vim ao mundo por sua causa, também é por ela que me mantenho aqui. Agradeço por fornecer todas as ferramentas para que a jornada fosse possível do início ao fim.

Ao David, meu amor, sem quem este trabalho não teria sido realizado. Não fossem suas dicas, seus conselhos e sua disposição em ajudar, grande parte da reportagem teria sido inviabilizada. Mas, sobretudo, agradeço por ser minha paz em meio ao caos.

À Danielle Guimarães, minha grande amiga, com quem compartilhei os passos que dei durante a feitura deste trabalho e que, com sua reciprocidade, fez com que o processo fosse menos doloroso.

Ao professor Fernando Oliveira Paulino, que aceitou meu convite tardio para que me orientasse nesta fase final do curso de Jornalismo. Obrigada por sua calma sensata, sua sabedoria e suas dicas bastante oportunas.

Ao meu irmão, João Artur, que mesmo com a mente tomada pelo entusiasmo de iniciar recentemente sua vida universitária, me ajudou na transcrição de entrevistas.

Ao Felipe, comerciante do Ceubinho, que com seus cafés e sua gentileza, sempre me dando bom dia, me ajudou, durante os quatro anos e meio de graduação, a ter forças para assistir às aulas.

À equipe da GloboNews, com quem trabalhei durante meus últimos semestres e que acompanhou de perto minhas aflições e minhas pequenas vitórias.

Aos assessores de imprensa, que não se restringiram ao fato de ser uma reportagem voltada para o ambiente acadêmico e possibilitaram que as entrevistas fossem realizadas.

Aos próprios entrevistados, que disponibilizaram momentos de suas vidas para a construção do trabalho.

À Nespresso, que solucionou o meu dilema de adorar café e não conseguir preparar algum que fosse bebível.

RESUMO

O trabalho aqui proposto tem como objetivo a produção de uma grande reportagem a respeito dos ciganos da etnia calon que vivem em acampamentos no Distrito Federal. A matéria fornece ao leitor um panorama sobre como se dá o acesso de tal minoria a direitos como saúde e educação no Brasil, com especial enfoque sobre a problemática em torno da discriminação histórica à qual os povos ciganos vêm sendo expostos. O embasamento do cenário atual foi elaborado juntamente com representantes da etnia na capital do país, bem como porta-vozes do poder público e especialistas. Este trabalho se propõe a ser uma das referências sobre o assunto, que ainda é pouco explorado pela imprensa.

Palavras-chave: ciganos; calon; acampamentos; Distrito Federal.

ABSTRACT

The present final course assignment aims to produce a in-depth report about the gypsies who belong to the calon ethnic group and live in camps located at Distrito Federal, Brazil. The report introduces the main problems related to the access to rights, such as health care and education at the country, with special focus on the historic discrimination that gypsies have been suffering. The data which bases this work was collected through interviews with ethnic representatives, public authorities and experts. The in-depth report intends to become a reference to the subject, which is still far from the national media.

Keywords: gypsies; calon; ethnic group; camps; Distrito Federal; Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. JUSTIFICATIVA.....	2
3. OBJETO E OBJETIVO.....	3
4. PERGUNTAS.....	3
5. REFERENCIAIS TEÓRICOS	
5.1 Referenciais sobre grande reportagem.....	4
5.2 Referenciais sobre valor-notícia.....	7
5.3 Referenciais sobre ciganos.....	10
6. METODOLOGIA.....	13
7. CONCLUSÃO.....	25
8. ORÇAMENTO.....	26
9. REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

O trabalho final equivale a uma grande reportagem sobre os ciganos que pertencem à etnia calon e que vivem em acampamentos no Distrito Federal. Para fornecer ao leitor uma visão abrangente sobre o tema, foram realizadas entrevistas com representantes da própria etnia, autoridades do poder público e especialistas.

Os ciganos constituem minorias étnicas, que carecem de acesso a bens como educação e saúde, mas que apenas começaram a ser pensados como tal principalmente a partir do governo Lula, que decreta, em 25 de maio de 2006, o Dia Nacional do Cigano. A data, a ser comemorada no dia 24 de cada ano, se constitui, portanto, marco inicial na luta por visibilidade dos ciganos dentro do poder público. O decreto assegura, por exemplo, que as Secretarias Especiais de Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos, ambas vinculadas diretamente à Presidência da República, apoiem medidas em comemoração ao dia.

A opção por uma abordagem específica relativa à etnia calon não é a esmo. No Distrito Federal, há dois acampamentos ciganos e ambos pertencem à minoria étnica. Contudo, há registros de pelo menos outras duas etnias ciganas no Brasil: rom e sinti. O pesquisador Frans Moonen (2000) elenca os principais aspectos que distinguem as três.

(1) os ROM, ou Roma, que falam a língua romani; são divididos em vários sub-grupos (sic), com denominações próprias, como os Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara etc.; são predominantes nos países balcânicos, mas a partir do Século XIX migraram também para outros países europeus e para as Américas; (2) os SINTI, que falam a língua sintó e são mais encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são chamados Manouch; (3) os CALON, KALON ou KALÉ, que falam a língua caló, os “ciganos ibéricos”, que vivem principalmente em Portugal e na Espanha, onde são mais conhecidos como Gitanos, mas que no decorrer dos tempos se espalharam também por outros países da Europa e foram deportados ou migraram inclusive para a América do Sul. (MOONEN, 2000, p. 5 e 6).

Não é somente no que concerne à participação social que os ciganos ocupam pouco espaço. Eles também raramente configuram objeto de pesquisa, tanto acadêmica quanto governamental, por institutos. Esta última, no entanto, seria de fundamental importância para que os representantes do poder público tivessem um panorama informativo sobre a demanda de tais populações e para, por conseguinte, fomentar políticas públicas que os atendam.

Quem iniciar os estudos ciganos, logo encontrará um grande problema: a bibliografia sobre ciganos no Brasil é muito reduzida por causa da quase inexistência de antropólogos e outros cientistas que realizaram pesquisa sobre os ciganos brasileiros. Não existe um órgão governamental para tratar especificamente dos assuntos ciganos; nenhuma lei lhes dá proteção especial; na Constituição Federal nem sequer são mencionados (MOONEN, 2011, p. 5).

Se por um lado a carência de referências bibliográficas que se dediquem a estudar os povos ciganos que vivem no Brasil prejudica o embasamento teórico de demais pesquisas, por outro lado acaba por constituir uma razão adjacente para os que almejam compreender um pouco sobre a realidade de tal minoria. Esta é uma das propostas deste trabalho: munir de informações a sociedade e o governo, para que os problemas históricos por que passam os ciganos sejam, em um futuro próximo, passado.

2. JUSTIFICATIVA

O conceito de “anticiganismo” é pouco abordado, até mesmo entre historiadores e antropólogos. De acordo com Moonen (2011), “anticiganismo” designa doutrinas, atos ou políticas que atentem contra os ciganos por meio de medidas discriminatórias. Em francês, já existe a palavra antitsiganisme e, em inglês, a antigypsyism. Contudo, apesar de não haver ainda no Brasil o conhecimento sobre a existência do vocábulo, é possível constatar exemplos práticos de atitudes hostis aos ciganos.

O preconceito contra tais populações é, portanto, enraizado em nossa sociedade. Talvez ele tenha sido carregado junto com as malas, quando foram deportados do reino português para o Brasil, no século XVI. Pouco se fala, por exemplo, sobre o holocausto cigano, que dizimou de 250 a 500 mil deles, segundo documentos históricos. Há autores que defendam, como o próprio Frans Moonen, que os ciganos constituem a minoria étnica menos conhecida e a mais odiada no país.

Ainda hoje o holocausto cigano é pouco conhecido do grande público. Também em documentários e em comemorações das vítimas do holocausto nazista, ou em museus e monumentos construídos em sua homenagem, muitas vezes são lembrados apenas os judeus e quase nunca os ciganos (MOONEN, 2011, p. 72).

Em contraponto com a não receptividade da sociedade para o acolhimento dos ciganos, os líderes de acampamento no Distrito Federal reivindicam a inserção dos grupos nas políticas a que os demais setores da população têm acesso. Um

conhecimento que adquiriram, segundo eles, após os encontros ocorridos a partir do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O interesse da minoria étnica de ser entendida como sujeitos de direitos, expressão que os entrevistados utilizaram, não é o único motivador deste trabalho. Os ciganos fundamentaram também a história do Brasil. Como dito anteriormente, os primeiros indícios de povos ciganos no país datam do século XVI, sendo que uma grande parcela tinha como missão povoar a colônia. Esquecê-los é, desta forma, esquecer uma parte importante da formação brasileira.

3. OBJETO E OBJETIVO

O objeto do presente trabalho são os acampamentos ciganos no Distrito Federal, sendo todos pertencentes à etnia calon, levando em conta principalmente a falta de acesso dessa minoria aos direitos sociais básicos, privação esta que ocorre, geralmente, devido à discriminação que se perpetua através da história.

O objetivo é produzir uma grande reportagem que forneça ao leitor uma visão sobre a problemática a partir das histórias narradas pelos entrevistados, sendo eles: especialistas, ciganos e representantes do poder público.

4. PERGUNTAS

As principais perguntas a que o trabalho se dispõe a responder são: como vivem os ciganos que moram em acampamentos no Distrito Federal? Como se dá o acesso desses povos a direitos sociais, como saúde, educação, segurança e moradia? A partir deste último questionamento, surge outro: qual seria uma possível explicação para a forma como o acesso ocorre?

5. REFERENCIAIS TEÓRICOS

5.1 Referenciais sobre grande reportagem

Antecedendo à conceituação de grande reportagem, faz-se necessário esclarecer outro conceito, o de reportagem. Para o grande público, possivelmente as noções de “notícia” e “reportagem” se confundem e são passíveis de serem tratadas como sinônimas. Contudo, se tomarmos como base as definições de manuais de redação, veremos que há particularidades que diferenciam as duas ideias.

Os manuais de redação se constituem como um conjunto de normas que orientam o fazer jornalístico, tanto por padronizarem a linguagem com regras gramaticais a serem seguidas, quanto por fornecerem noções de produção gráfica e definirem conceitos. Sobre a concepção de reportagem, o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* estabelece que “é recomendável que o repórter estude o tema a que a reportagem se refere”.

Partindo da ideia de que, geralmente, a notícia trata o fato de forma mais pontual, descrevendo-o e, quando muito, se dedicando também analisar efeitos e consequências, o *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo* apresenta qual seria uma das principais diferenças da reportagem para este primeiro formato de texto. Para o documento, o pilar de comparação se baseia em três aspectos: conteúdo, extensão e profundidade.

A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia. Assim apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes (...). A notícia não esgota o fato; a reportagem pretende fazê-lo (MARTINS, 1997, p. 254).

Em *O jornal: da forma ao sentido*, Dione Oliveira Moura também diferencia o conceito de “reportagem” do de “notícia” e discorre sobre as implicações práticas de tal diferença. Para ela, enquanto esta privilegia o aspecto temporal, aquela explora com mais intensidade o aspecto da profundidade, tanto na narrativa quanto na produção desta. Por assim ser, a autora considera a reportagem e a entrevista, seus objetos de estudo, sob o mesmo patamar de profundidade: são os relatos jornalísticos que “ficam para a história”, merecendo sempre ser relidos.

O melhor da notícia é o retrato instantâneo, do qual se deve evitar ao máximo o relato descontextualizado, mas que seja o mais ágil possível em relação ao

transcorrer do fato. Já a reportagem e a entrevista, da forma como aqui tratamos, podem resguardar um modo de produção bastante elaborado tanto no processo de preparação, sondagem, pesquisa, quanto na realização e edição final de ambas. (MOURA, 2012, p. 332).

Destarte, podemos inferir que a reportagem, por ser feita com um tempo maior de apuração e dispor de um espaço maior de publicação, fornece uma visão mais abrangente sobre o fato relatado. Assim sendo, se distancia da notícia, que recorta o acontecimento, analisando-o sob um ponto de vista pontual.

Já o termo “grande reportagem”, por sua vez, não encontra um conceito objetivo e específico que o defina e que, preferencialmente, tenha vasta aceitação entre intelectuais e profissionais da área. São muitos os que o recusam, por não trazer, segundo eles, uma delimitação do que viria a ser grande ou não.

Embora não haja consenso sobre o significado, a expressão continua sendo utilizada nas redações para designar os trabalhos mais extensos e com maior contextualização do (s) fato (s). Poder-se-ia dizer que outra característica própria à grande reportagem, além do citado tamanho, é a presença (ou a possibilidade dela) de recursos narrativos próprios da literatura.

Marcos Faerman (1997), em *A longa aventura da reportagem*, pontua que o gênero jornalístico une a qualidade de informação, relativa à apuração, com qualidade de texto, relativa à forma de narrar. Por assim sê-lo, Dione Oliveira Moura descreve a grande reportagem como o tipo de publicação em que o jornalista mais se permite fazer presente na narrativa.

Impressões, descrições, ritmos, imagens mentais, arguições, interpelações são fenômenos que podem ser percebidos na leitura de reportagens, mais ainda em grandes reportagens (relatos em profundidade, com largo espaço de apuração e produção da matéria) e em entrevistas de maior fôlego, como as apresentadas em cadernos (MOURA, 2012, p. 331).

Apesar de as grandes reportagens permitirem ao jornalista se debruçar sobre o fato, explorando-o, contextualizando-o com maior profundidade do que uma notícia e podendo narrá-lo com recursos da literatura, elas são cada vez mais escassas. É o que comprova a pesquisadora Ana Beatriz Magno (2006), autora de *A agonia da grande reportagem*.

Para escrever o trabalho, Magno leu todas as matérias vencedoras do prêmio ESSO, importante título de reconhecimento de mérito dos profissionais da imprensa

brasileira, desde a criação do título, em 1956, a 2005 e constatou que as reportagens têm se aproximado cada vez mais das notícias à medida que os veículos de comunicação priorizam o discurso da objetividade, do factual, da velocidade, com textos mais curtos e mais diretos.

Por exemplo, durante o período entre 1995 e 2005, foram onze jornalistas premiados. Destes, segundo a pesquisadora, dez se dedicaram a um único tema: a corrupção e o descaso dos detentores de poder com o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Magno descobriu também que a última reportagem de cunho social vencedora do Esso nos anos analisados foi em 1989, sob autoria de Zuenir Ventura e sobre o assassinato de Chico Mendes.

A consideração de Magno vai para além da pobreza de temas. Os textos refletiriam também uma escassez de adjetivos e viagens, excesso de objetividade, checagem exaustiva e documentação comprobatória. A “extinção” do gênero em questão, de acordo com a autora, deriva da necessidade de “apurações demoradas, espaço de publicação generoso, orçamento farto e riqueza de texto”.

Os prazos de fechamento e os espaços editoriais ficaram ainda mais rígidos e ainda mais conectados com o caixa das empresas. Segundo, cortaram as pernas e o orçamento das reportagens. Substituíram os salários dos repórteres experientes pelo deslumbre barato dos estagiários (MAGNO, 2006, p. 122).

Sob esta mesma ótica, Ricardo Kotscho (2007) descreve, em *A prática da reportagem*, como a exigência pelo alto investimento requerida pela grande reportagem interfere negativamente na produção jornalística. Em contraponto com a demanda, os jornais vivem épocas de corte de gastos e economia.

Além de custarem muito mais caro na fase de produção, estas matérias ocupam muito espaço, um espaço redacional cada vez mais rarefeito em todos os grandes jornais. E há cada vez menos repórteres dispostos a encarar o desafio de entrar de cabeça num assunto, esquecer tudo o mais para, no fim, ter o prazer de contar uma boa história (KOTSCHO, 2007, p. 71).

Por fim, os fatores acima relacionados à essência da grande reportagem resultaram na escolha do estilo para o trabalho ao qual me dedico. Um tema complexo, que raramente é alvo dos jornais diários, carece maior tempo de apuração, para que se faça entendida a problemática pelo jornalista, e de texto, para que o leitor também a compreenda.

5.2 Referenciais sobre valor-notícia

Combinadas, as vantagens da grande reportagem oferecem ao jornalista a possibilidade de retratar temas que não costumam ser abordados pelas redações cada vez mais centralizadas no que Ana Beatriz Magno (2006) chama de “*fast-food* da informação”, que são histórias curtas, ancoradas em apurações na própria redação, pois a modernidade não combina com textos longos, que o leitor é apressado, sem tempo para demoradas leituras.

Utilizando um termo próprio do jornalismo, é em tal gênero que se ampliam os valores-notícia. Entende-se por valor-notícia a qualidade de noticiabilidade de um fato. Nem tudo o que acontece durante o dia em determinada região pode ser convertido em notícia. Em partes, porque não há instrumentos produtivos suficientes para que isso ocorra, tampouco espaço nos jornais e nem interesse, por parte do público, sobre todo e qualquer evento.

Por isso, os veículos de comunicação utilizam métodos para fazer o recorte do que entra e o que não entra no periódico. Tal seleção, segundo Mauro Wolf (2008), é feita sob uma série de critérios, operações e instrumentos que embasam a tarefa de escolher, entre um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e estável de notícias.

Mas quais seriam tais valores? Seria possível elencá-los? Há alguns atributos do acontecimento que, geralmente, são levados em consideração para julgá-lo noticiável. Em uma das primordiais pesquisas sobre o jornalismo, apresentada em 1690 na Universidade de Leipzig pelo alemão Tobias Peucer, denominada *De relationibus novellis*, foi dedicado um tópico acerca dos possíveis critérios de seleção dos fatos.

Depois as diferentes formas de impérios, as mudanças, os movimentos, os afazeres da guerra e da paz, as estratégias, as novas leis, os julgamentos, os cargos políticos, os dignatários, os nascimentos e mortes dos príncipes (...), as desgraças, as mortes e centenas de coisas mais que façam referência à história natural, à história da sociedade, da Igreja, da literatura: tudo isto costuma ser narrado de forma embaralhada nos periódicos. (PEUCER, apud SILVA, p. 9)

Esta talvez seja uma das primeiras referências aos valores-notícia da história. Quase três séculos depois, em 1965, Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge também se dedicaram a estudar os aspectos que determinam se algo será ou não notícia. Para eles, contudo, a seleção se inicia ainda antes, quando tentamos definir o que é acontecimento:

“o que escolhemos para considerar como ‘acontecimento’ é determinado culturalmente”.

Ainda segundo Galtung e Ruge (1965), seria possível elaborar uma lista de 12 fatores que regem as notícias. Resumidamente, são eles: frequência, intensidade, inequivocidade, significância, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas e referência a algo negativo.

Wolf (2008), após estudar os valores-notícia empregados com mais assiduidade pelos jornalistas, dividiu os critérios em cinco categorias. A primeira é a substantiva, relativa às características da notícia e ao conteúdo desta. A segunda se relaciona ao conjunto de processos de produção e realização da notícia, bem como à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo.

Em seguida, são levados em consideração os fundamentos próprios aos meios de comunicação em que a informação será veiculada, o perfil do público leitor e também as características da concorrência.

Para compreensão do que nos propomos a estudar aqui, é fundamental dedicarmos especial atenção à primeira categoria de critérios elencada por Wolf, ou seja, a substantiva, visto que defini-la por base dos atributos da notícia é insuficiente, se não especificarmos quais seriam tais propriedades.

O primeiro fator que determina a relevância de um fato perante o jornalismo, segundo Wolf, é o grau e o nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento. Além deste, é avaliado o impacto sobre a nação, ou seja, a potencialidade de um fato influenciar interesses do país.

Também está presente na seleção de Wolf a noção de proximidade, que são os episódios capazes de afetar diretamente a vida do público, como novas tarifas, mudanças no trânsito e leis trabalhistas. E, por fim, atua sobre o critério substantivo a problemática de sobre quantas pessoas o fato incide, pois, de acordo com o autor, quanto maior o número de envolvidos ou atingidos por um fato, maior a possibilidade de ele ser noticiado.

Como dito anteriormente, os valores-notícia operam como parâmetros para a seleção dos casos que serão ou não veiculados. É conhecimento de senso comum que toda seleção implica uma (ou mais) exclusão. Assim sendo, podemos concluir que, ao enumerar tais fundamentos, estamos deixando de fora os fatos que não possuem os requisitos.

De acordo com Moura (2012), é nas grandes reportagens que se ampliam as oportunidades de abordar temas que geralmente são excluídos dos veículos diários por conta da vasta gama de acontecimentos. Ou seja, é nesses textos que o jornalista se vale de outros valores, que não apenas os acima exemplificados.

Além da singularidade de um fato que justifica que ele seja noticiado, além do extraordinário do ocorrido (e não se permanece extraordinário por muito tempo, o cotidiano transforma o extraordinário em ordinário, minimamente por já ser fato conhecido) e além da atualidade (esse valor-notícia mais fugaz e que mais alimenta as novas notícias), existe um espaço para relatos jornalísticos de maior profundidade, ancorados em valores-notícia além do tripé atualidade/singular/extraordinário. Os valores-notícia proximidade e interesse humano estariam mais vinculados ao tipo de reportagem e entrevista a que nos referimos (MOURA, 2012, p. 335).

Este estudo não se propõe a averiguar de que forma a mídia cobre notícias relacionadas aos povos ciganos. A minha proposta é escrever uma grande reportagem sobre os principais problemas na relação cigano e sociedade brasileira, o que acaba, por consequência, incluindo o jornalismo.

Contudo, é inegável o fato de que faltam publicações aprofundadas sobre tais povos. Com base nas entrevistas feitas tanto com representantes do poder político, quanto com especialistas e, por fim, com os próprios ciganos, poder-se-ia dizer que ainda se sabe muito pouco sobre eles. Para a grande maioria da população, pode ser que a noção de quem são os ciganos seja ainda aquela fruto de estereótipos, ora romantizada, que trata os ciganos como aventureiros e as mulheres como dançarinas ou que leem mãos, ora marginalizada, que os considera trapaceiros, malandros.

De certa forma, não há, para a mídia, valor notícia entre os ciganos - salvo quando estão em conflito com a autoridade policial. Uma falha histórica, como veremos adiante, possivelmente proveniente de uma cultura da nossa própria sociedade de não enxergá-los, de não notá-los como seres de direitos ou, como eles próprios relataram, como cidadãos.

5.3 Referenciais sobre ciganos

Como já foi dito na Justificativa, o que motivou a escolha do tema foi social. Os ciganos são frequentemente objetos de estudo sob a ótica cultural, com certa exotização dos costumes. Contudo, analiso-os perante a luz social, abordando questões como o acesso aos direitos e às políticas públicas.

Antes que sejam levantados os questionamentos, faz-se necessária uma explicação sobre quem são tais povos. Primeiramente, porque a palavra “ciganos” não representa um povo único, de mesmos hábitos e costumes. Trata-se, ao invés disso, de uma generalização sobre subdivisões de etnias.

Segundo o pesquisador Frans Moonen (2011), o termo “cigano” - considerado por ele como genérico - foi inventado na Europa no século XV. Sob este conceito, estão pelo menos três etnias, sendo que algumas também se subdividem em grupos: os rom ou roma, os sinti e os calon, cuja escrita pode ter variáveis, como kalon ou kalé. Este último grupo, a quem dedico em meu trabalho especial atenção, tem presença significativa em Portugal e na Espanha, mas se espalhou também por outros países da Europa e para a América do Sul, esta em decorrência de deportações e migração voluntária.

Apesar da gama de etnias, os trabalhos já feitos tendo como objeto de estudo os ciganos parece desconsiderar, de acordo com Moonen, que há vários povos sob uma mesma palavra. Por isso, o que se sabe sobre eles é muito mais referente aos ciganos rom do que aos outros dois grupos (sinti e calon). Para o pesquisador, uma possível explicação para a centralização de pesquisas em torno de uma só etnia provém de uma autoafirmação dos ciganos rom como autênticos.

Com relação à origem dos ciganos, uma grande parcela dos especialistas acredita que eles tenham partido da Índia e que começaram a se dispersar por outras regiões do mundo há cerca de mil anos. Segundo a pesquisadora Silvia Régia de Freitas Simões (2007), a proveniência dos ciganos está relacionada à região do Punjab, onde atualmente se encontra o Paquistão. No século XII, eles teriam se dividido por dois ramos: um europeu e um asiático, que seriam os ciganos da Palestina.

Apesar de as hipóteses sobre o surgimento dos ciganos coincidirem, ainda não se sabe quais os motivos os levaram a deixar a terra natal. Alguns pesquisadores acreditam que a causa tenha sido a guerra contra os turcos, mas, citando novamente Moonen (2011), o único fato comprovado é que bandos ciganos migraram para a Europa Ocidental a partir do século XV.

Na Alemanha, há vários registros em 1417 que levaram historiadores a crer que se tratava de povos ciganos. Moonen cita um cronista alemão da época, frade Körner, como autor de uma das primeiras referências sobre “um grande número de indivíduos errantes (cerca de 300), antes nunca vistos (...). Viajavam em bandos e pernoitavam fora das cidades, ao ar livre; eram feios, pretos como Tártaros e se chamavam Sacari”.

Segundo Moonen (2011), são várias as menções aos ciganos por volta de 1400 na Europa, muitas vezes pejorativamente. Não obstante, somente no século XVI é feita uma declaração explicitamente depreciativa aos ciganos e que marca a história da perseguição contra eles.

Na Dinamarca, a perseguição aos ciganos inicia a partir de 1554: é proibido hospedar ciganos e quem matá-los pode ficar com suas propriedades; as autoridades locais que permitirem a presença de ciganos tornam-se responsáveis pelos danos por eles causados (MOONEN, 2011, p. 26).

Para o pesquisador Aluizio de Azevedo Silva Júnior (2009), que também é calon, desde o princípio o contato entre a sociedade e os ciganos foi conflituoso e deixa marcas até hoje na literatura, em telenovelas e no imaginário social.

A história dos ciganos foi marcada por perseguições, preconceitos, constantemente causas de conflitos, provocadores de desordem e subversivos ao sistema. São classificados como espúrias e párias; sofreram toda sorte de perseguição religiosa, cultural, política e racial. Quando não causam medo, despertam um alto grau de fetiche e sedução, por “seu estilo de vida festeiro”, suas “roupas coloridas” e a “tendência para as artes”, tantas vezes descritas em romances, livros de literatura, poesias, quadros e fotografias, filmes, peças e novelas (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 53, 54).

Moonen afirma que em 1526 os ciganos foram impedidos de entrar em Portugal. Em pouco tempo, eram enviados à Angola e ao Brasil, como degredados. O primeiro registro oficial da presença de ciganos em terras brasílicas é de 1574, quando o governo português decretou a deportação do cigano João Torres e sua esposa Angelina para o Brasil por cinco anos.

Em Minas Gerais, a presença cigana é nitidamente notada a partir de 1718, quando chegam ciganos vindos da Bahia, para onde haviam sido deportados de Portugal. (TEIXEIRA, 2000, p. 2)

De João Torres e Angelina aos dias de hoje, a migração de ciganos ao país tem sido intensa. Azevedo aponta para o fato de que *a posteriori* da deportação do primeiro casal, Portugal escolheu a capitania do Maranhão para deportar os ciganos seguintes.

Contudo, o lugar onde desembarcaram não foi onde permaneceram ao longo dos anos. Da Bahia, migraram para Minas Gerais, outros permaneceram em Pernambuco, alguns optaram por São Paulo ou Rio de Janeiro. Houve ciganos cujos legados foram decisivos para a história do país, embora desconheçamos a origem cigana de suas famílias.

A saga da diversidade étnica cultural cigana no Brasil tem início somente a partir do século XIX. Se nos três primeiros séculos de contato com a história brasileira colonial vieram degredados apenas ciganos da península Ibérica, a partir da segunda metade do século XIX começaram a chegar outros grupos denominados como “ciganos”, porém oriundos de outros países europeus. O primeiro cigano não-ibérico que teria chegado em território mineiro teria sido Jan Nepomusky Kubitschek, que viria a ser o bisavô de Juscelino Kubitschek (JK), o ex-presidente do Brasil. (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 56)

Para uma compreensão de como se dá a atual distribuição dos ciganos pelo território brasileiro, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) divulgou, em outubro de 2013, o número que corresponderia à extensão dos ciganos no país. Contudo, o balanço não especifica quais grupos estão contemplados em cada estado.

A pesquisa foi feita com ajuda da Associação Internacional Maylê Sara Kali (AMSK-Brasil), que analisou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e observou que em 2011 foram identificados 291 acampamentos ciganos, distribuídos em 21 estados. Os locais com maior presença de ciganos foram Minas Gerais, com 58 acampamentos, Bahia, com 53, e Goiás, com 38 e, conforme a publicação, é nos municípios com 20 a 50 mil habitantes que se concentra a maioria de acampamentos.

Segundo o levantamento, dos 291 municípios que declararam ter acampamentos ciganos, apenas 40 prefeituras afirmaram desenvolver políticas públicas a eles, ou seja, apenas 13,7%. A secretaria estima que o total de ciganos no Brasil seja de meio milhão.

A Organização Não Governamental Embaixada Cigana do Brasil Phralipen Romane realizou um estudo sobre a quantidade de ciganos calons no Brasil e a disseminação da etnia por unidades federativas. A conclusão aponta que o estado do Rio Grande do Norte possui 3,5 mil, seguido pela Bahia, com 1,6 mil, enquanto a Paraíba possui 1,5 mil, bem como os estados do Paraná (1,5 mil) e Rio de Janeiro (1,5 mil).

Em São Paulo, o número também é significativo: são mil ciganos calons. Em Santa Catarina, são 800. Pernambuco segue com 500, acompanhado de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Sul, os três com 400 membros em cada. Por fim, a ONG contabiliza 300 ciganos calons no Espírito Santo.

Apesar de ter sido uma análise de uma ONG cujo presidente, Nicolas Ramanush Leite, cigano do grupo sinti-manush-valshtike, tem notório saber em Antropologia Cultural e é autor de livros relacionados à temática em questão, não se trata de um levantamento oficial e, portanto, está sujeito a divergências, caso confrontado com os números da Seppir. A própria organização reconhece que a quantidade é aproximada e estima que a real quantia pode ser bem maior.

No Distrito Federal, há dois acampamentos ciganos, ambos pertencentes à etnia calon. Um deles se situa no Córrego do Arrozal, onde também é a sede da Associação Ciganas das Etnias Calons do DF e Entorno (Acec). São vinte e cinco famílias, com aproximadamente 150 pessoas. Além dela, há o acampamento de Wanderley da Rocha em Sobradinho, onde habitam 65 pessoas.

6. METODOLOGIA

Para realizar o trabalho de conclusão de curso, estabeleci como meta ouvir personalidades de três categorias diferentes, que foram elaboradas em conjunto com o orientador, Fernando Oliveira Paulino: especialistas, personagens (ciganos) e representantes do poder público.

As entrevistas começaram no dia 21 de março, um sábado, data marcada para uma visita ao acampamento cigano de Wanderley da Rocha. Vale ressaltar que o local não era simplesmente um acampamento: era a sede da Associação Nacional das Etnias

Calons, a Anec. A inquietação, contudo, começou antes de sair de casa, quando eu pensava qual seria a roupa ideal para esse tipo de visita.

Por ser uma cultura diferente da minha, temi que alguma estampa pudesse ter símbolos que os ciganos consideravam ofensivos ou que veriam com maus olhos o fato de eu ir de shorts, com as pernas à mostra. Também supus que pudessem repudiar que apropriássemos itens da cultura deles, quando coloquei meu colar com moedas estilo *gypsy*, termo que em inglês significa “cigano”.

Com tantas dúvidas, optei pelo caminho mais certo: preto. Vesti, então, uma calça preta e blusa de mesma cor. Meu namorado, David, nos conduziria até o acampamento, pois não há acesso até lá de ônibus. Quando buscamos a fotógrafa, Isabelle Araújo, na casa dela, descobri que ela havia sido confrontada com semelhante dúvida. Isabelle gostaria de ter ido com uma saia rodada, mas se sentiu invadindo a cultura cigana e preferiu, assim como eu, uma calça preta.

Estávamos prontos para a segunda dificuldade do dia: encontrar o acampamento. Como acontece na grande maioria dos casos, os ciganos viviam à grande distância do centro, decorrência, muitas vezes, da concessão de terras governamentais em desuso e que se situam em localidades afastadas.

Em alguns casos, os ciganos também optam pela reclusão como forma de evitar o preconceito. O acampamento de Wanderley se localiza em Sobradinho, mas não por causa desta última possibilidade. Trata-se de uma terra cedida pelo governo federal, por meio da Secretaria de Patrimônio da União. Graças a várias consultas ao Google Maps, a segunda dificuldade foi superada com certa facilidade e não erramos o caminho.

Ao chegar, fomos muito bem recebidos por Wanderley, que logo nos avisou que as filhas haviam saído para comprar ingredientes para almoçarmos juntos. Conversamos por cerca de duas horas e, em seguida, almoçamos.

A este ponto, eu já estava mais à vontade e resolvi que seria uma boa oportunidade para comentar a minha insegurança quanto ao vestiário. Questionei a Wanderley e à sua filha, Daiane da Rocha, se havia alguma cor, algum tipo de vestimenta que não gostavam.

Mais uma vez, me explicaram que apreciam muito as roupas e os acessórios que remetiam aos cavaleiros, pois é isto que significa ser calon, mas que não gostavam da cor preta, que simboliza luto. Para eles, quando a mulher se veste inteiramente de preto (assim como eu estava, de calça e blusa pretas), ela agoura o marido, desejando sua morte.

De acordo com o cronograma elaborado, os ciganos seriam os primeiros entrevistados, pois a partir das conversas que tivéssemos, seriam elaboradas as problemáticas a serem levadas e discutidas com as autoridades competentes. Além do acampamento de Wanderley, havia outro no Distrito Federal, o de Elias da Costa, situado na cidade de Planaltina. Ao todo, há mais de dois mil ciganos no Planalto Central, segundo estimativas da Anec, mas somente dois acampamentos. Os demais ciganos se adaptaram à nossa cultura e residem em apartamentos.

Destarte, meu segundo passo na construção da reportagem seria visitar o acampamento de Elias, para ter, além do relato, uma melhor noção sobre como é a vida daqueles que moram ali, dividindo barracas. Já na visita à sede da Anec, pedi ao Wanderley que me passasse o contato do Elias. Vale ressaltar que os ciganos estabelecem entre si uma comunicação bastante eficaz, embora não tenham, em muitos casos, as comodidades da tecnologia, como internet wifi.

O vínculo entre os ciganos é tão grande que eles, segundo os relatos ouvidos, se chamam de “primos” e “primas”, indício de que se sentem parte da mesma família. Por isso, muito provavelmente um cigano terá o contato de outro cigano de mesma etnia, ainda mais vivendo em regiões próximas.

Wanderley e Elias, além da solidariedade e do companheirismo próprios dos ciganos, que os aproximariam, são, de fato, parentes. No mesmo dia da primeira entrevista, 21 de março, tive o contato de Elias me passado por Wanderley. O número, contudo, tinha DDD 62 (que corresponde a algumas cidades de Goiás, mas não de Planaltina, que faz parte do Distrito Federal).

Tentei contato com Elias na semana seguinte à da entrevista com Wanderley, mas minhas chamadas sempre caíam na caixa postal. As tentativas se repetiam sem sucesso. Recorri às assessorias da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade

Racial e Direitos Humanos (Semidh), mas os contatos do Elias me passaram por elas também tinha o mesmo fim: a caixa postal. Também procurei o jornalista Guilherme Pera, que havia escrito uma matéria para o Correio Braziliense com uma participação de Elias da Costa.

Os dias se passavam e o medo de não conseguir falar com Elias aumentava, até que decidi abrir mão da formalidade e o procurei via mensagem sms. Alguns dias antes, eu havia tentado encontrá-lo no aplicativo de interatividade Whatsapp, mas a última visualização datava de meses antes. Por isso, me restava apenas a possibilidade do torpedo sms.

Na quarta-feira, 25 de março, quatro dias após a minha ida ao acampamento de Wanderley, encaminhei a seguinte mensagem aos números que me haviam sido passados pela Seppir, Semidh, pelo jornalista e pelo Wanderley: “Olá, boa noite. Preciso falar com certa urgência com Elias. É você? Sou amiga do Wanderley. Abraços”. O envio foi concluído às 19h48 e às 19h55 ele me ligou.

Por telefone, me explicou que ele e todo o acampamento deixaram a cidade de Planaltina para se juntar a um acampamento de um parente na Bahia. O motivo eu já sabia, tinha visto na televisão alguns dias antes. Na edição do dia 9 de março, uma segunda-feira, o telejornal DFTV, da Rede Globo, mostrou uma reportagem cuja chamada era: “Polícia apreende armas e munição em acampamento cigano na zona rural de Planaltina”.

A reportagem, de dois minutos e trinta e dois segundos, trazia imagens de policiais da Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam) retirando armas de diversos lugares do acampamento, como bolsas e debaixo de camas, para “combater o comércio ilegal de armas”. O saldo da operação foram oito armas, 80 balas de revólver, 13 facas e facões.

Ao final da reportagem, o comentarista de Segurança Pública Daniel Lorenz explicou que os ciganos não estavam presos, pois haviam pago fiança e finaliza fazendo um alerta: “é importante ressaltar que esse tipo de pessoas, os ciganos, são um povo nômade. Muito provavelmente esses criminosos e criminosas vão sair de Brasília. As polícias de Pernambuco e Goiás já realizaram operações em cima de grupos semelhantes, que têm como característica principal a venda de armas de fogo para

criminosos da região. Então eles vendem armas de fogo, como foram essas armas apreendidas, eles também estavam comercializando aqui no DF, e, quando não vendem, eles alugam as armas para que os criminosos cometam crimes graves como roubos e até mesmo assassinatos.”

Na conversa ao telefone, Elias confessou que haviam deixado o acampamento do Distrito Federal por conta da ação, mas não porque devem algo. Porque estavam com medo da polícia. Naquele momento, ouvi um pouco da explicação dos ciganos sobre o ocorrido.

Elias me contou que recorreram ao Ministério Público para denunciar a violência policial que sofreram. Durante a ação, os 39 policiais militares supostamente cometeram uma série de irregularidades na abordagem, como realizar revista íntima em mulheres sem a presença de militar feminina, ameaças, provocações e humilhações. Por causa do abuso de autoridade, os ciganos que moravam no acampamento com Elias não queriam mais permanecer em Planaltina.

Por terem ido à Bahia nessas condições, Elias me explicou que dificilmente eu poderia entrevistá-lo da mesma forma que fizera com Wanderley: indo ao acampamento e conversando pessoalmente *in loco*. Contudo, ele pretendia voltar à Brasília para uma reunião com a Semidh, também sobre a ação policial. Pedi que me ligasse assim que chegasse, para que conversássemos pessoalmente, mesmo que não no acampamento.

No dia 31 de março, uma terça-feira, Elias me ligou para avisar que a reunião seria na quarta-feira (1), às 10h, e que poderíamos conversar às 9h. Assim o fizemos. Nos encontramos no dia seguinte em frente ao Palácio do Buriti, onde se localiza a Secretaria. Ele chegara atrasado, por volta das 9h30 e, com isso, tivemos uma conversa breve – mas a única opção que tínhamos. Estava acompanhando da esposa, Leila Alves, do filho e de outro parente. Todos saíram da Bahia para o encontro na Semidh.

Diferentemente do que fiz com Wanderley, com Elias tive que ser sucinta e abordar principalmente a ação policial, que havia motivado a saída do grupo rumo à Bahia. Com o primeiro entrevistado, pude questionar desde aspectos gerais até casos específicos, mas, desta vez, o tempo se fazia escasso.

O relato de Elias, como era esperado, diferiu da narrativa contada pelos policiais à imprensa. Segundo ele, havia, sim, armas no acampamento. Eram três, herança de familiares já falecidos. Quando questionei o porquê das armas e o que faziam com elas, eles me explicaram que, na cultura cigana, quando um antepassado morre, você não pode sequer repetir o nome dele, tampouco tocar nas coisas que ele possuía. Por isso, nunca se desfizeram delas, embora também ninguém mexesse nelas – eram mantidas longe de todos do acampamento.

Mas, se havia um crime de porte ilegal de armas, que pagassem pelo crime conforme a lei, não conforme a vontade dos policiais. Elias e a esposa contaram que foram bastante humilhados pelos PMs. Disseram que a ação se iniciou pela tarde, quando 39 policiais invadiram o acampamento, jogando os pertences dos ciganos no chão, pedindo para que até um neném de um ano tirasse a fralda para que eles verificassem se havia algum objeto escondido, entre outros exemplos de abuso.

A entrevista acabou pouco depois das 10h da manhã (hora para quando estava prevista a reunião com a Semidh) e, portanto, durou cerca de 40 minutos. Após ouvir o relato de Elias e de Leila, me senti incomodada, uma inquietação própria de quando estamos confrontados com uma realidade que desejamos mudar. Não obstante, tomei uma decisão: qualquer que fosse a condução narrativa da reportagem, eu deveria seguir o cronograma de entrevistados previstos.

Faltavam a Semidh, a Seppir (federal), a deputada Érika Kokay (PT-DF), que é autora do projeto de lei que proíbe a invasão a acampamentos ciganos (PL 7774/2014), e um pesquisador sobre o assunto. Para este último, havia algumas possibilidades, embora os ciganos sejam ainda muito pouco explorados pela academia. A primeira ideia era pedir alguma indicação na própria UnB, como forma de valorizar os professores que estão próximos ao meu ambiente de pesquisa.

No dia 30 de março (dois dias antes da entrevista com Elias), solicitei o nome à UnB. Entrei em contato com a Secretaria de Comunicação e, um dia após o pedido, recebi o retorno por e-mail com a mensagem: “Boa tarde, Laura. Infelizmente não teremos como lhe auxiliar, pois não temos professores na UnB que tratem da temática dos ciganos.” Com a resposta da Universidade de Brasília, parti para a segunda ideia:

conseguir o contato da autora de um dos textos que estavam me servindo de referencial teórico, Florencia Ferrari.

Florencia Ferrari defendeu, em 2010, no departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo, a tese “O mundo passa: uma etnografia dos ciganos Calon e suas relações com os brasileiros”. O trabalho foi um dos mais completos que encontrei na abordagem antropológica dos ciganos calon, tendo em vista que grande parte das publicações na área optam por uma visão mais cultural, que, embora também seja válida, acaba criando um certo distanciamento entre a nossa realidade e a deles, algo que eu estava buscando desconstruir com minha reportagem.

Destarte, no dia 31 de março, enviei um pedido à assessoria de imprensa da USP. Desta vez, porém, não precisava da sugestão do nome, como foi na UnB. Eu já sabia quem estava procurando, precisava apenas do contato dela. Pouco mais de uma hora depois de enviado o e-mail, a assessoria da universidade me explicou que: “Não tenho o contato da pesquisadora responsável pela tese citada por você. Mas, como a tese foi orientada pela professora Lilia Schwarcz da FFLCH, sugiro que entre em contato com a assessoria de imprensa da Faculdade para falar com a professora e ver se ela possui algum contato da pesquisadora.”

Assim o fiz. No mesmo dia, procurei a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e encaminhei a eles a mesma solicitação. No dia seguinte, 1º de abril, me retornaram. “Olá Laura, você entrou em contato com o Serviço de Comunicação Social FFLCH-USP. Assessoria de Imprensa. Informo previamente que não sou autorizado a fornecer contatos telefônicos de nossos docentes. Ao entrar em contato com o (a) docente, por e-mail, informe sua pauta detalhadamente, a forma como se dará a entrevista e sua *dead-line*. Aguarde manifestação de resposta do(a) docente. Caso seja necessário estaremos à disposição. Como a pesquisadora em questão não é docente USP, eu não possuo seu contato. No entanto você pode tentar entrar em contato com a Lilia Schwarcz pelo e-mail liliams@usp.br ou pelo e-mail do departamento de antropologia, fla@usp.br.”

Como se tratava de uma véspera do feriado de páscoa, decidi que não seria um bom momento para seguir as orientações do assessor do Serviço de Comunicação Social FFLCH-USP e que eu enviaria já na segunda-feira, quando o recesso acabasse.

Enquanto isso, contudo, localizei o perfil de Florencia Ferrari no Facebook e enviei uma mensagem, explicando o meu projeto e questionando se ela aceitaria me conceder uma entrevista.

Apesar das duas tentativas (uma no dia 1º de abril e outra no dia 6, após o feriado), não obtive resposta. Talvez porque, como eu não a tinha como amiga na rede social, as mensagens iam para outra caixa. Com o fim do feriado, enviei os e-mails à Lília Schwarcz e ao departamento de antropologia.

Na terça-feira (7), senti que investir na Florencia como possível fonte seria inviável. Em meio a um dia conturbado de trabalho, com manifestações da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em frente ao Congresso Nacional pela não aprovação do projeto de lei 4330/2004, que regulamenta os contratos de terceirização no mercado de trabalho, tive a ideia de procurar outro autor com o qual eu havia me identificado bastante, Aluizio de Azevedo Silva Júnior, autor da tese de mestrado “A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon”.

No dia 31 de março, mesma data em que havia recebido as respostas da UnB e da USP, encaminhei um pedido de entrevista ao e-mail de Aluizio, que encontrei no site da Universidade Federal de Mato Grosso, para onde foi apresentado o trabalho acima citado. Quando, já na terça-feira (7), inexistia uma resposta, também recorri ao recurso informal e procurei Azevedo nas redes sociais.

Encontrei-o no Facebook e, curiosamente, tínhamos três amigos em comum. Adicionei-o e, talvez pelas amizades recíprocas, ele me aceitou em poucos minutos. Disse a ele, por mensagens na rede, que havia lido parte do trabalho dele sobre ciganos e que gostaria muito de entrevistá-lo, pois a explicação do ponto de vista teórico engrandeceria a obra. Ele compreendeu e combinamos que a entrevista seria por Skype no dia 18 de abril, um sábado, pois naquela semana ele estaria sem internet em casa.

Enquanto esperava a data para a entrevista com Azevedo, recebi o e-mail com as respostas de Florencia. Possivelmente, encaminharam a ela minha solicitação por meio do Departamento de Antropologia. Infelizmente (e como era de se esperar, por se tratar de um e-mail) as respostas não foram satisfatórias. A grande maioria era demasiadamente rasa, carente de explicações mais consistentes que pudessem embasar o trabalho.

Por isso e também por crer que uma segunda opinião seria importante, mantive marcada a entrevista com Aluízio. No dia 18 de abril, após alguns problemas técnicos com o Skype, conseguimos, enfim, conversar e as explicações dadas por ele foram decisivas para a compreensão do problema.

Segundo minha própria divisão, já haviam sido realizadas entrevistas de dois grupos, o de personagens (ciganos) e o de especialistas, mas nenhum representante da terceira categoria (poder público) fora ouvido até o momento da reportagem. Foi então que, durante uma conversa informal com meu colega de redação, o repórter Mateus Rodrigues, expus minha preocupação com a não resposta principalmente da secretaria do governo do Distrito Federal responsável pela pasta da igualdade racial.

Ele me explicou que na gestão passada, que acabou no final de 2014, a secretaria encarregada desta tarefa era a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (para onde eu encaminhei os pedidos de entrevista), mas que com a mudança de gestão foi criada uma nova secretaria, unindo quatro competências que, até então, estavam divididas em pastas diferentes. Rodrigues também me informou qual o endereço correto com o qual eu deveria entrar em contato.

No dia 7 de abril, telefonei ao assessor da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Semidh), Elmano Augusto, explicando a demanda. Ele se dispôs a encontrar um porta-voz na secretaria e pediu somente que eu formalizasse o pedido por e-mail. Dois dias após o primeiro contato, reenviei um reaviso de solicitação, para que ele não se esquecesse.

No mesmo dia, 9 de abril, recebi uma resposta extremamente gentil de Elmano, dizendo que a demanda é muito importante para eles, que não puderam responder imediatamente porque estiveram demasiadamente ocupados, mas que ele havia encontrado uma fonte para me atender. Tratava-se do coordenador de Políticas para a Igualdade Racial da Semidh, Victor Nunes Gonçalves.

Exatamente uma semana após falar com o assessor Elmano, consegui realizar a entrevista, que foi às 8h30 na sede da Semidh, Palácio do Buriti e durou 95 minutos, pouco mais de uma hora e meia. Dois representantes do poder público ainda precisavam ser ouvidos, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ligada diretamente à Presidência da República, e a deputada Erika Kokay (PT-DF).

Com relação à Seppir, o primeiro contato feito com fins de solicitação de entrevista foi no dia 30 de março, uma segunda-feira. Nas duas próximas segundas, requeri novamente, pois ainda não havia tido nenhuma resposta. Felizmente, no dia 16 de abril, a assessora Frances Silva me retornou com uma sugestão de entrevistado, Denis Silva, que trabalha na Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt) da Seppir.

Somente onze dias após a indicação da assessora, pude entrar em contato com o possível porta-voz da secretaria, por motivos de ordem pessoal. Encaminhei o pedido diretamente ao Denis, informando da sugestão de Frances, e questionando se ele aceitaria conversar comigo. No dia 29 de abril, ele respondeu demonstrando bastante interesse em ler a produção, quando finalizada, mas avisou que não seria a melhor pessoa para conceder a entrevista, mas sim Lylia Galleti, assessora técnica da Secomt.

Telefonei à Lylia assim que Denis me enviou o e-mail e marcamos para a segunda-feira da semana seguinte, 4 de maio, às 15h na própria Seppir. Como o horário da entrevista seria à tarde, tive que pedir à minha chefe na GloboNews, Roberta Paz, que eu trocasse de horário no trabalho naquele dia. Como de costume, Roberta foi bastante compreensiva e não viu problema em realizar a troca.

Na manhã do dia 4, telefonei à futura entrevistada para confirmar o encontro. Assim o fizemos. Contudo, chegando na sede da secretaria, recebi a informação de que Lylia não havia ido. Ela estava encarregada de finalizar um relatório, cuja entrega seria na própria segunda, e acabou se esquecendo do nosso compromisso. Deste dia, levei de volta pra redação a lembrança de como eu era no início do curso, com cabelo curto, por causa do adesivo de “visitante”, onde havia minha foto, que recebi ao entrar no prédio da Seppir.

Na terça-feira (5), voltei à Seppir às 11h e pude, enfim, ouvir um pouco sobre os desafios, as metas e os projetos da secretaria em relação aos ciganos. O “pouco” é eufemismo, já que a conversa se prolongou por 91 minutos, ou seja, uma hora e trinta e um minutos. Por fim, restava apenas a entrevista com a deputada Erika Kokay (PT-DF), autora de projeto de lei, o PL 7774/14¹, que proíbe a violação a tendas ciganas.

A primeira vez que solicitei à assessoria da parlamentar uma entrevista foi antes do dia 30 de março. Neste dia, reforcei o pedido e tive que repetir o procedimento cinco

vezes. Abril acabava e eu ainda não tinha nenhuma previsão de quando poderia entrevistar a deputada. A assessora Lilian propôs que eu realizasse a entrevista por telefone, mas recusei por considerar que o contato visual pode contribuir mais para as matérias jornalísticas, principalmente as que se dedicam a abordar temáticas delicadas, como é o caso deste trabalho de conclusão de curso.

Novamente, meu colega Mateus Rodrigues foi de fundamental importância para o seguimento das entrevistas. Ao me queixar sobre a demora em conseguir um encontro com a deputada Erika Kokay, ele me avisou que havia outra assessora que poderia fazer o intermédio por mim. Era a Ana Paixão, com quem conversei no dia 27 de abril e que imediatamente me respondeu, muito gentilmente, avisando que a entrevista seria feita ainda em maio.

No dia 14 de maio, a assessora Ana me telefonou, perguntando se eu teria disponibilidade no dia seguinte, às 15h, para ouvir a deputada no próprio gabinete da Câmara dos Deputados. Confirmei e, no dia 15 de maio, não havia mais nenhuma entrevista pendente. Foram ouvidos especialistas, representantes dos ciganos e do poder público.

Lista completa dos entrevistados

Ciganos	
Daiane da Rocha, cigana calon	Cigana da etnia calon, filha de Wanderley da Rocha, moradora do acampamento de Sobradinho-DF e representante da Juventude de Povos e Comunidades Tradicionais
Elias da Costa, cigano calon	Cigano da etnia calon, líder do acampamento de Planaltina-DF, membro da Associação Cigana de Etnia Calon (Acec)
Leila da Costa, cigana calon	Cigana da etnia calon, esposa de Elias, moradora do acampamento de Planaltina-DF e membro da Associação Cigana de Etnia Calon (Acec)
Wanderley da Rocha, cigano	Cigano da etnia calon, líder do acampamento de Sobradinho-DF, presidente da Associação Cigana de Etnia Calon (Acec) e membro da

calon	Associação Nacional das Etnias Ciganas (Anec)
Especialistas	
Aluízio de Azevedo Júnior	Mestre em Educação Ambiental pela UFMT (2009), quando apresentou dissertação “A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon”. Doutorando do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS-ICICT) da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Florencia Ferrari	Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Defendeu a tese “O mundo passa: uma etnografia dos calon e suas relações com os brasileiros”
Representantes do poder público	
Deputada federal Erika Kokay	Deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Distrito Federal (DF) e autora do projeto de lei (PL 7774/2014) que dispõe sobre a inviolabilidade do domicílio da população cigana
Lylia Galetti, Seppir	Membro da equipe da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt) da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial
Victor Nunes Gonçalves, Semidh	Coordenador de Políticas para a Igualdade Racial da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Semidh)

A diagramação foi realizada por Jéssica Martins, estudante de Jornalismo da Universidade de Brasília, e por David Murad, que é publicitário. O projeto gráfico tem como referência principal a revista Campus Repórter, veículo da UnB, que privilegia as reportagens mais longas, com profundidade e originalidade. Além dela, a revista Piauí, por se valer de uma forma de narrar que se aproxima da literatura, foi também uma importante orientação para a narrativa.

A paleta de cores vem do magenta, trazendo na capa e nas retrancas a cor vinho, que representa o chão de terra vermelha batida dos acampamentos. A partir da capa, a paleta segue, ainda, nos tons magenta, mas em nuances suaves, como o lilás e o ciano. Os tons mais claros são uma referência à prosperidade que se espera para os ciganos,

não mais enxergando o vermelho escuro, que pode também aludir ao sangue já derramado pelos ciganos por conta do preconceito sofrido.

7. CONCLUSÃO

A fase de produção da reportagem, isto é, a apuração dos fatos demandou o maior período de tempo. Como antevisto, uma parcela dos entrevistados não pôde conceder o depoimento devido às agendas atarefadas em que se encontrava. A surpresa, no entanto, fora a prontidão com que os ciganos se colocaram à disposição.

Houve uma dificuldade em comunicar com Elias e Leila primeiramente, o que se explicou posteriormente pela abordagem policial durante uma operação no acampamento. Estavam com receio de atender ao telefone, mas, quando me identifiquei como conhecida de Wanderley, não hesitaram em aceitar o convite de entrevista. Por Wanderley, fomos recebidos com muita hospitalidade, o que nos leva a crer que existe, por parte dos ciganos, uma vontade de falar, mas poucas oportunidades para que isso de fato aconteça.

A princípio, ocorrera-me a vontade de fazer uso de mecanismos audiovisuais para a formatação do trabalho. Cogitara, por exemplo, criar um webdocumentário ou um blog com as histórias dos ciganos e os contrapontos das autoridades. A intenção era passar a um número maior de pessoas a realidade desses grupos, para, quem sabe, ajudar a construir um futuro melhor a eles e também à sociedade, que ganha quando seus indivíduos podem exercer a cidadania com dignidade.

Contudo, não havia tempo hábil para isso. O semestre na UnB começara em meados de março e eu teria que concluir todo o trabalho no início de junho. Procurei aliar a opção pelo produto com o prazo curto e o resultado foi o texto de uma grande reportagem para um veículo impresso.

Ao longo da apuração, constatei que muitas eram as demandas dos ciganos e pouco era o espaço que encontravam nos órgãos públicos para expô-las. Há tentativas isoladas de se estabelecer políticas públicas que os atendam, de tentar inseri-los na

sociedade e de fazer valer os direitos aos quais há muito deveriam ter acesso. Trata-se, todavia, de iniciativas que ainda não são disseminadas por todos os núcleos. De uma forma geral, são vinculadas às secretarias responsáveis de promover medidas em prol da igualdade racial.

8. ORÇAMENTO

Os gastos com a produção da reportagem envolveram cerca de 100 reais com táxi até os entrevistados, com exceção da ida ao acampamento de Wanderley, que foi subsidiada pelo David. À fotógrafa, foi paga uma quantia simbólica de 100 reais. Durante o semestre acadêmico, foram várias as impressões para mostrar ao orientador Fernando Paulino os progressos da apuração. Ao todo, somados com as impressões finais, equivalem a pouco mais de 500 reais. Houve ligações telefônicas que também contabilizaram gastos, mas foram diluídas em meio aos demais telefonemas efetuados.

9. REFERÊNCIAS

Bibliografia

FAERMAN, Marcos. **A longa aventura da reportagem**. São Paulo: Senac, 1997

FERRARI, Florencia. **O mundo passa: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros**. Tese de doutorado, São Paulo, SP, USP, 2010.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2007

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo; SANTOS, Mário Vitor (Orgs.). **Manual de redação da Folha de São Paulo**. São Paulo, Edifolha, 1996.

MAGNO, Ana Beatriz. **A agonia da reportagem: das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo**. Dissertação de mestrado, PPGC-FAC-UnB, 2006.

MARTINS, Eduardo (org.). **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª edição. São Paulo, Moderna, 1997.

MOULLIAUD, Maurice; Sergio Dayrell, PORTO (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 3ª edição. Editora UnB, 2012.

SILVA JÚNIOR, Aluízio de Azevedo. **A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon**. Dissertação de mestrado, Cuiabá, MT, UFMT, 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de massa**. 3ª ed. Tradução: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MOONEN, Frans. **Rom, Sinti e Calon, os Assim Chamados Ciganos**. Núcleo de Estudos Ciganos. E-Texto no. 1 - Recife, 2000, 86p. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos03.html>>.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil**. Recife, 2011. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf>.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (Brasil). **Guia de políticas públicas para povos ciganos. Brasília, 2013**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos>>

SILVA, Gislene. **Valores-notícia: atributos do conhecimento (Para pensar critérios de noticiabilidade I)**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/27944232744219019527870145197533508038.pdf>>

SIMÕES, Sílvia Régia de Freitas. **Ciganos: Perspectivas e Desafios Emergidos na Busca por Direitos Fundamentais**. Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/silvia_simo.es.pdf>.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2000. Livro Digital. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos02html>.

